

**Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência**

28. A proteção de interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência encontra guarida no Poder Judiciário, conforme regula a Lei nº 7.853/1989, e estabelece que
- (A) as ações judiciais para esse fim podem ser propostas por associação constituída há mais de seis meses, nos termos da lei civil.
 - (B) todas as ações judiciais para esse fim correm em segredo de justiça.
 - (C) uma vez proposta a ação judicial para esse fim, o interesse público impede a desistência ou abandono da ação.
 - (D) autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção dos interesses e a promoção de direitos da pessoa com deficiência podem propor as medidas judiciais destinadas a esse fim.
 - (E) a sentença proferida em ação judicial para esse fim terá, em todos os casos, eficácia de coisa julgada oponível *erga omnes*.

29. Alunos de um curso de Direito participaram de um evento organizado pelo Governo do Estado do Amazonas sobre os direitos das pessoas com deficiência. A primeira discussão tratou dos seguintes temas relacionados à Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência:

- I. O desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil, de modo a assegurar a plena integração da pessoa portadora de deficiência no contexto socioeconômico e cultural.
- II. A adoção de estratégias de articulação com órgãos e entidades públicos e privados, bem assim com organismos internacionais e estrangeiros para a implantação da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
- III. O desenvolvimento de programas setoriais destinados ao atendimento das necessidades especiais da pessoa portadora de deficiência.
- IV. O fomento da tecnologia de bioengenharia voltada para a pessoa portadora de deficiência, bem como a facilitação da importação de equipamentos.
- V. A fiscalização do cumprimento da legislação pertinente à pessoa portadora de deficiência.

Para a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e nos termos do Decreto nº 3.298/1999, esses temas são conceituados, respectivamente, como:

- (A) instrumento, princípio, diretriz, objetivo e instrumento.
- (B) princípio, diretriz, objetivo, instrumento e instrumento.
- (C) princípio, princípio, diretriz, instrumento e objetivo.
- (D) diretriz, princípio, instrumento, princípio e objetivo.
- (E) objetivo, princípio, princípio, diretriz e diretriz.

30. No que diz respeito ao reconhecimento igual perante a lei, a Lei nº 13.146/2015 estabelece que

- (A) a pessoa com deficiência sempre será submetida à curatela.
- (B) a curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva ordinária.
- (C) a curatela é proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso e persiste obrigatoriamente até que sejam completados os 21 anos de idade.
- (D) é facultado à pessoa com deficiência a adoção de processo de tomada de decisão apoiada.
- (E) a curatela não afeta os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

31. O pai de Almir, Adalberto, faleceu deixando dívida referente à reparação de danos decorrente de condenação criminal que lhe foi imposta. Almir, preocupado com seu patrimônio, consultou a Constituição Federal para saber se seus bens respondem pela dívida deixada pelo seu pai e descobriu que
- (A) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, não podendo a obrigação de reparar o dano ser estendida aos sucessores e contra eles executadas, salvo nos casos que envolvam credores menores de idade, situação na qual responderão o patrimônio particular e o transferido, ilimitadamente.
 - (B) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, não podendo a obrigação de reparar o dano ser estendida aos sucessores e contra eles executada, pois deixa de existir com a morte do condenado.
 - (C) a pena poderá passar da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano ser estendida aos sucessores e contra eles executada, ilimitadamente, respondendo o seu patrimônio particular e o patrimônio transferido.
 - (D) a pena poderá passar da pessoa do condenado, podendo, a obrigação de reparar o dano por ele causado, ser estendida não apenas aos sucessores, mas a todos os parentes, ilimitadamente.
 - (E) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano ser, nos termos da lei, estendida aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.
-
32. Considere as situações abaixo.
- I. Propositura, pelo Procurador-Geral da República, de ação com a finalidade de que determinada lei federal seja declarada inconstitucional (ação direta de inconstitucionalidade).
 - II. Impetração de mandado de segurança contra ato de Ministro de Estado.
 - III. Impetração de *habeas data* contra ato do Comandante da Marinha.
- Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, o que consta em
- (A) II e III, apenas.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) I e III, apenas.
 - (D) I, apenas.
 - (E) I, II e III.
-
33. Caio, brasileiro nato, é jogador de futebol profissional e foi contratado para jogar por um grande clube estrangeiro, cuja legislação o país impõe a naturalização de Caio como condição para a permanência em seu território, e, como queria continuar jogando nesse time, procedeu à naturalização. Caio
- (A) perderá a nacionalidade brasileira enquanto permanecer em território estrangeiro, podendo readquiri-la assim que retornar ao Brasil.
 - (B) perderá a nacionalidade brasileira, tendo em vista que adquiriu outra nacionalidade.
 - (C) tornar-se-á brasileiro naturalizado automaticamente, em razão de ter adquirido outra nacionalidade.
 - (D) não perderá a nacionalidade brasileira apenas se comprovar que mantém vínculos com o Brasil, visitando-o periodicamente.
 - (E) não perderá a nacionalidade brasileira.
-
34. Considere a seguinte situação hipotética: Jaime em seu segundo mandato como Governador de determinado Estado, está em dúvida se, nas próximas eleições, irá se candidatar novamente a Governador ou a Presidente da República. Com base apenas nas informações fornecidas, de acordo com a Constituição Federal, Jaime
- (A) não poderá se candidatar à reeleição para Governador e, para concorrer ao cargo de Presidente da República, deverá renunciar ao seu atual mandato até quatro meses antes do pleito.
 - (B) não poderá se candidatar à reeleição para Governador e, para concorrer ao cargo de Presidente da República, deverá renunciar ao seu atual mandato até seis meses antes do pleito.
 - (C) poderá se candidatar à reeleição para Governador e, para concorrer ao cargo de Presidente da República, deverá renunciar ao seu atual mandato até seis meses antes do pleito.
 - (D) poderá se candidatar à reeleição para Governador e não há necessidade de renunciar ao seu atual mandato para concorrer ao cargo de Presidente da República.
 - (E) poderá se candidatar à reeleição para Governador e, para concorrer ao cargo de Presidente da República, deverá renunciar ao seu atual mandato até quatro meses antes do pleito.



35. Considere as situações abaixo.
- I. Samuel é Governador de determinado Estado e deve ser processado por crime comum.
 - II. Demétrio impetrou mandado de segurança contra ato de Frederico, que é juiz federal.
 - III. Tadeu é desembargador do Tribunal de Justiça de determinado Estado e deve ser processado por crime de responsabilidade.

A competência para processar e julgar, originariamente, as ações acima apontadas, cabe ao

- (A) Superior Tribunal de Justiça; ao Tribunal Regional Federal da Região correspondente; e ao Superior Tribunal de Justiça, respectivamente.
- (B) Supremo Tribunal Federal; ao Tribunal Regional Federal da Região correspondente; e ao Tribunal de Justiça que Tadeu integra, respectivamente.
- (C) Supremo Tribunal Federal; ao Tribunal Regional Federal da Região correspondente; e ao Supremo Tribunal Federal, respectivamente.
- (D) Superior Tribunal de Justiça nas três situações.
- (E) Supremo Tribunal Federal; ao Superior Tribunal de Justiça; e ao Tribunal Regional Federal da Região correspondente, respectivamente.

Direito Administrativo

36. A União Federal celebrou contrato administrativo com a empresa vencedora de determinado procedimento licitatório para a construção de importante obra pública. No entanto, no curso da execução contratual, houve a paralisação da obra, sem justa causa e sem prévia comunicação à Administração, razão pela qual foi determinada a rescisão do contrato administrativo por ato unilateral e escrito da Administração. Uma das consequências da rescisão contratual será a retenção dos créditos decorrentes do contrato até
- (A) 100% do valor contratual, isto é, serão retidos todos os créditos ainda existentes, sem qualquer limitação de valor.
 - (B) metade do valor contratual, independentemente de prejuízos eventualmente causados à Administração.
 - (C) o limite dos prejuízos causados à Administração.
 - (D) 90% do valor contratual, pois destinam-se ao pagamento de todos os valores devidos à Administração.
 - (E) um terço do valor contratual, independentemente de prejuízos eventualmente causados à Administração.

37. Maurício, Diretor de autarquia federal, doou à pessoa jurídica que presta serviços assistenciais, bens do patrimônio da autarquia, sem observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie, razão pela qual foi processado por improbidade administrativa, haja vista que a conduta enquadra-se em dispositivo expresso previsto na Lei nº 8.429/1992. Para que reste afastado o ato ímprobo, Maurício deverá comprovar, dentre outros requisitos, a ausência de
- (A) conduta comissiva.
 - (B) prejuízo ao erário.
 - (C) dolo.
 - (D) beneficiamento de terceiros.
 - (E) enriquecimento ilícito.

38. Joana, servidora pública federal, detentora de cargo efetivo em determinado órgão do Poder Judiciário, será redistribuída para outro órgão, de acordo com as disposições previstas na Lei nº 8.112/1990. Nesse caso, a redistribuição
- (A) seria admissível ainda que Joana não fosse detentora de cargo efetivo, mas sim de cargo em comissão, dada a paridade aplicável às modalidades de cargos.
 - (B) não exige a manutenção da essência das atribuições do cargo.
 - (C) exige apreciação do órgão central do SIPEC, que será prévia à redistribuição ou posterior, dependendo da urgência.
 - (D) deverá ocorrer obrigatoriamente para outro órgão do Poder Judiciário.
 - (E) dar-se-á no interesse da Administração ou do servidor, conforme os demais requisitos aplicáveis ao caso concreto.

39. Mauro, servidor público federal, responsável por determinado processo administrativo de âmbito federal, deve, de acordo com a Lei nº 9.784/1999, praticar ato no prazo de cinco dias, quando inexistir disposição legal específica, bem como quando inexistir motivo de força maior que justifiquem prazo diverso. De acordo com a mesma Lei, o referido prazo
- (A) pode ser dilatado até o dobro, mediante comprovada justificação.
 - (B) não comporta dilatação.
 - (C) pode ser dilatado até o triplo, não sendo necessária justificação para tanto.
 - (D) pode ser dilatado até o dobro, não sendo necessária justificação para tanto.
 - (E) pode ser dilatado para o prazo máximo de trinta dias, mediante comprovada justificação.

40. Melinda, servidora pública, praticou ato administrativo com vício de competência. Cumpre salientar que a hipótese não trata de competência outorgada com exclusividade pela lei, mas o ato administrativo competia a servidor público diverso. Em razão do ocorrido, determinado particular impugnou expressamente o ato em razão do vício de competência. Nesse caso, o ato
- (A) não comporta convalidação, pois o vício narrado não admite tal instituto.
 - (B) comporta convalidação que, na hipótese, dar-se-á com efeitos *ex tunc*.
 - (C) não comporta convalidação, em razão da impugnação feita pelo particular.
 - (D) comporta convalidação que, na hipótese, dar-se-á com efeitos *ex nunc*.
 - (E) comporta exclusivamente a aplicação do instituto da revogação, com efeitos *ex tunc*.

**Direito do Trabalho**

41. Considere as seguintes situações hipotéticas: Marta é empregada vendedora comissionista da loja **X** situada no interior do Shopping **Y**. Sua irmã, Gabriela, é vendedora comissionista praticista da fábrica de remédios **Z**. Nestes casos, de acordo com o entendimento Sumulado do TST, é devida a remuneração do repouso semanal
- (A) e dos dias feriados apenas para Marta.
 - (B) e dos dias feriados apenas para Gabriela.
 - (C) para Marta e Gabriela e dos dias feriados apenas para Marta.
 - (D) para Marta e Gabriela, sendo que os feriados não são remunerados, tendo em vista que já recebem comissões pelas vendas efetuadas nestes dias.
 - (E) e dos dias feriados para Marta e Gabriela.
-
42. A empresa de calçados Chão Azul Ltda. rescindiu o contrato de trabalho com justa causa da empregada Lívia que estava afastada do emprego gozando de auxílio doença previdenciário. Na última perícia médica Lívia teve alta do INSS, mas transcorridos cinquenta e cinco dias, ela não retornou ao trabalho e não justificou o motivo de não retornar. Neste caso, de acordo com entendimento sumulado do TST, a empresa
- (A) agiu corretamente, uma vez que Lívia possuía o prazo de quinze dias após a cessação do benefício previdenciário para retornar ao trabalho ou justificar o motivo de não o fazer.
 - (B) agiu corretamente, uma vez que Lívia possuía o prazo de trinta dias após a cessação do benefício previdenciário para retornar ao trabalho ou justificar o motivo de não o fazer.
 - (C) não agiu corretamente, uma vez que Lívia possui o prazo de sessenta dias após a cessação do benefício previdenciário para retornar ao trabalho ou justificar o motivo de não o fazer, não havendo transcorrido, ainda este lapso temporal.
 - (D) não agiu corretamente, uma vez que Lívia possui o prazo de noventa dias após a cessação do benefício previdenciário para retornar ao trabalho ou justificar o motivo de não o fazer, não havendo transcorrido, ainda este lapso temporal.
 - (E) não agiu corretamente, neste caso, em razão do gozo do benefício previdenciário, independentemente do lapso temporal, não se configura a hipótese de abandono de emprego, sendo vedada a dispensa com justa causa.
-
43. De acordo com o entendimento Sumulado do TST, as faltas ou ausências decorrentes de acidente do trabalho
- (A) são consideradas para os efeitos de duração de férias e cálculo da gratificação natalina.
 - (B) não são consideradas para os efeitos de duração de férias, mas são consideradas para o cálculo da gratificação natalina.
 - (C) não são consideradas para os efeitos de duração de férias e cálculo da gratificação natalina.
 - (D) são consideradas para os efeitos de duração de férias, mas não são consideradas para o cálculo da gratificação natalina.
 - (E) são consideradas para os efeitos de duração de férias e cálculo da gratificação natalina de forma reduzida, limitando-se a quinze dias.
-
44. Mário presta serviços como entregador de carnes no Frigorífico "ABC" Ltda e, numa sexta-feira no final do dia, teve que estender sua jornada de trabalho para descarregar a mercadoria do caminhão e colocá-la na câmara fria, sob pena de perda irreparável do produto, sendo considerado um serviço inadiável. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, a prestação de horas extras
- (A) poderá ocorrer independentemente da existência de acordo ou contrato coletivo e deverá ser comunicado, dentro de dez dias, à autoridade competente em matéria de trabalho, ou, antes desse prazo, justificado no momento da fiscalização sem prejuízo dessa comunicação.
 - (B) não poderá ocorrer sem a existência de acordo ou contrato coletivo, devendo o empregador contratar prestadores de serviços para fazê-lo.
 - (C) poderá ocorrer independentemente da existência de acordo ou contrato coletivo, entretanto o adicional a ser pago é de no mínimo 100% sobre a hora normal de trabalho.
 - (D) não poderá ocorrer sem a existência de acordo ou contrato coletivo, podendo o empregador solicitar os serviços de Mário, que poderá ou não aceitar a prestação dos serviços, já que não é obrigada pelo contrato de trabalho a fazê-lo.
 - (E) poderá ocorrer independentemente da existência de acordo ou contrato coletivo e deverá ser comunicado, dentro de noventa dias, à autoridade competente em matéria de trabalho, ou, antes desse prazo, justificado no momento da fiscalização sem prejuízo dessa comunicação.
-
45. De acordo com o entendimento Sumulado do TST, o tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso, ou não servido por transporte público regular, e para o seu retorno é computável na jornada de trabalho. Se houver transporte público regular em parte do trajeto percorrido em condução da empresa, as horas *in itinere* remuneradas
- (A) alcançam o trecho todo, mas, neste caso específico, a hora será contada reduzida, exatamente igual à hora prevista para efeitos de pagamento de adicional noturno para os empregados urbanos.
 - (B) alcançam o trecho todo, em razão do fornecimento necessário da condução pelo empregador.
 - (C) limitam-se ao trecho não alcançado pelo transporte público, mas com redução horária, limitada em dez minutos
 - (D) alcançam o trecho todo, mas com redução horária, limitada em quinze minutos.
 - (E) limitam-se ao trecho não alcançado pelo transporte público.



46. Com relação ao FGTS, considere:

- I. A equivalência entre os regimes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e da estabilidade prevista na CLT é meramente jurídica e não econômica, sendo indevidos valores a título de reposição de diferenças.
- II. O pagamento relativo ao período de aviso prévio, trabalhado ou não, está sujeito à contribuição para o FGTS.
- III. Caberá ao Conselho Curador do FGTS, na qualidade de agente operador, emitir Certificado de Regularidade do FGTS.
- IV. Quando ocorrer rescisão do contrato de trabalho por culpa recíproca ou força maior reconhecida pela Justiça do Trabalho, o percentual devido relativo à multa pela rescisão será de 20%.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) III e IV.

47. Laura, Camila, Thiago e Diva são empregados da empresa ACA Ltda. Todos recebem diárias de viagem, sendo que Laura recebe diária de viagem na proporção de 60% de seu salário, Camila na proporção de 35% de seu salário, Thiago na proporção de 40% de seu salário e Diva na proporção de 55% de seu salário. Nestes casos, de acordo com entendimento Sumulado do TST,

- (A) apenas as diárias de viagem de Laura e Diva integram o salário, pelo seu valor total e para efeitos indenizatórios, enquanto perdurarem as viagens.
- (B) as diárias de viagem de todos os empregados integram o salário, pelo seu valor total e para efeitos indenizatórios, enquanto perdurarem as viagens.
- (C) nenhuma das diárias de viagem integram o salário, pelo seu valor total e para efeitos indenizatórios.
- (D) apenas as diárias de viagem de Laura, Thiago e Diva integram o salário, pelo seu valor total e para efeitos indenizatórios, enquanto perdurarem as viagens.
- (E) as diárias de viagem de todos os empregados integram o salário, pelo seu valor total e para efeitos indenizatórios, inclusive, quando terminarem as viagens, tratando-se de direito adquirido.

48. Carlos é empregado da empresa DCD Ltda. Ele recebe adicional de periculosidade em razão da atividade desenvolvida na empresa. Exatamente em razão desta atividade Carlos também é remunerado pelas horas que permanece de sobreaviso em sua residência, porém, na remuneração destas horas de sobreaviso a empresa paga sem a integração do adicional de periculosidade. Neste caso, de acordo com o entendimento Sumulado do TST, a empresa empregadora efetua o pagamento de forma

- (A) incorreta se as horas de sobreaviso ultrapassam dez horas durante um mês, uma vez que, somente neste caso, haverá integração do adicional de periculosidade sobre as horas de sobreaviso.
- (B) incorreta uma vez que a integração do adicional de periculosidade sobre as horas de sobreaviso é sempre devido, em razão da atividade desenvolvida pelo empregado.
- (C) incorreta se as horas de sobreaviso ultrapassam quinze horas durante um mês, uma vez que, somente neste caso, haverá integração do adicional de periculosidade sobre as horas de sobreaviso.
- (D) correta uma vez que Carlos não se encontra em condições de risco, razão pela qual é incabível a integração do adicional de periculosidade sobre as horas de sobreaviso.
- (E) incorreta se as horas de sobreaviso ultrapassam vinte horas durante um mês, uma vez que, somente neste caso, haverá integração do adicional de periculosidade sobre as horas de sobreaviso.

Direito Processual do Trabalho

49. De acordo com a Resolução CSJT nº 136/2014 (Sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – PJe-JT), as manutenções programadas do sistema serão ostensivamente comunicadas aos usuários internos e externos, com antecedência mínima de

- (A) 5 dias, e realizadas, obrigatoriamente, no período das 0h de sábado às 22h de domingo.
- (B) 5 dias, e realizadas, preferencialmente, no período das 0h de sábado às 22h de domingo, ou entre 0h e 6h nos demais dias da semana.
- (C) 10 dias, e realizadas, preferencialmente, no período das 0h de sábado às 22h de domingo, ou entre 0h e 6h nos demais dias da semana.
- (D) 10 dias, e realizadas, obrigatoriamente, no período das 0h de sábado às 0h de domingo.
- (E) 3 dias, e realizadas, obrigatoriamente, no período das 0h de sábado às 0h de domingo.



50. No tocante às custas, considere:

- I. A parte vencedora na primeira instância, se vencida na segunda, está obrigada, independentemente de intimação, a pagar as custas fixadas na sentença originária, das quais ficara isenta a parte então vencida.
- II. No caso de inversão do ônus da sucumbência em segundo grau, sem acréscimo ou atualização do valor das custas e se estas já foram devidamente recolhidas, caberá um novo pagamento pela parte vencida, ao recorrer.
- III. Não caracteriza deserção a hipótese em que, acrescido o valor da condenação, não houve fixação ou cálculo do valor devido a título de custas e tampouco intimação da parte para o preparo do recurso, devendo ser as custas pagas ao final.
- IV. Não há reembolso das custas à parte vencedora mesmo na hipótese em que a parte vencida for pessoa isenta do seu pagamento, nos termos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) I e IV.

51. Em determinado processo trabalhista a ata da audiência de julgamento (art. 851, § 2º, da CLT) foi juntada ao processo após 24 horas da referida audiência. Neste caso, o prazo para recurso será contado

- (A) da data da juntada aos autos da sentença.
- (B) da data em que a parte receber a intimação da sentença via Diário Oficial Eletrônico.
- (C) da data da audiência.
- (D) da data em que a parte receber pessoalmente a intimação da sentença.
- (E) após transcorridas 48 horas da data da audiência.

52. Em face da decisão X proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, em execução de sentença nos autos da reclamação trabalhista movida por Maria contra a empresa Z Ltda, cujo pedido seria o reconhecimento de vínculo de emprego

- (A) caberá Embargos de Declaração no prazo de oito dias.
- (B) caberá Recurso de Revista, no prazo de oito dias, em qualquer hipótese.
- (C) não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.
- (D) não caberá Recurso de Revista, com exceção somente da hipótese de ofensa a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho.
- (E) não caberá Recurso de Revista, exceto na hipótese de ofensa a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.

53. No tocante à Ação Rescisória, considere:

- I. Havendo recurso ordinário em sede de rescisória, o depósito recursal só é exigível quando for julgado procedente o pedido e imposta condenação em pecúnia, devendo este ser efetuado no prazo recursal, no limite e nos termos da legislação vigente, sob pena de deserção.
- II. Não procede pedido formulado na ação rescisória por violação literal de lei se a decisão rescindenda estiver baseada em texto legal infraconstitucional de interpretação controvertida nos Tribunais.
- III. O marco divisor quanto a ser, ou não, controvertida, nos Tribunais, a interpretação dos dispositivos legais citados na ação rescisória é a data da inclusão, na Orientação Jurisprudencial do TST, da matéria discutida.
- IV. É absoluta a exigência de pronunciamento explícito na ação rescisória, ainda que esta tenha por fundamento violação de dispositivo de lei. Assim, não é prescindível o pronunciamento explícito quando o vício nasce no próprio julgamento, como se dá com a sentença "extra, cita e ultra petita".

De acordo com o entendimento Sumulado do TST, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) I e II.
- (E) I, II e III.



54. Gilmeri ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora, a empresa Lago Rosa Ltda. Na audiência em que deveria apresentar defesa, o preposto da empresa não compareceu, uma vez que agendou o dia correto, mas o mês incorreto em sua agenda eletrônica. Porém, o advogado da empresa compareceu munido de procuração com firma reconhecida em cartório. Neste caso,
- (A) será obrigatoriamente concedido prazo de cinco dias para que a empresa justifique a ausência, antes da aplicação das penalidades inerentes à revelia.
 - (B) a audiência deverá ser remarcada, não cabendo a aplicação das penalidades inerentes à revelia.
 - (C) a reclamada será considerada revel.
 - (D) será obrigatoriamente concedido prazo de quarenta e oito horas para que a empresa justifique a ausência, antes da aplicação das penalidades inerentes à revelia.
 - (E) o advogado, em razão da procuração com firma reconhecida em cartório, será constituído preposto pelo magistrado e deverá prestar depoimento pessoal.

55. As empresas **A** e **B** foram condenadas solidariamente na reclamação trabalhista **Z** pretendendo ambas as empresas interpor Recurso Ordinário. A empresa **A** interpôs Recurso Ordinário no quinto dia do prazo recursal e depositou o valor do depósito recursal de forma integral. Neste caso, o depósito recursal
- (A) efetuado pela empresa **A** não aproveita a empresa **B**, em nenhuma hipótese, uma vez que o depósito recursal possui caráter personalíssimo.
 - (B) efetuado pela empresa **A** aproveita a empresa **B**, exceto se aquela pleiteia sua exclusão da lide.
 - (C) efetuado pela empresa **A** aproveita a empresa **B**, exceto se as empresas possuírem procuradores distintos.
 - (D) é devido na proporção de 50% para cada empresa, sendo que o depósito integral da empresa **A**, não exime a empresa **B** de efetuar o depósito da sua parte, podendo a empresa **A** requerer o levantamento da parte que depositou a maior.
 - (E) é devido na proporção de 50% para cada empresa, sendo que o depósito integral da empresa **A**, exime a empresa **B** de efetuar o depósito da sua parte.

56. Considere as situações hipotéticas abaixo.

- I. Reclamação Trabalhista proposta por Angela, empregada doméstica, em face de sua ex-empregadora, Ludimila.
- II. Reclamação Trabalhista proposta por Domingos, cozinheiro, em face de seu ex-empregador o restaurante Boa Alimentação EPP.
- III. Reclamação Trabalhista proposta por Joaquim, metalúrgico, em face da indústria Ligas Ltda.

De acordo com o entendimento Sumulado do TST, o preposto deverá ser necessariamente empregado da reclamada em

- (A) III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Direito Civil

57. Nas obrigações solidárias:

- (A) Se o devedor exonerar expressamente da solidariedade um ou mais devedores, não mais subsistirá a dos demais.
- (B) A obrigação solidária não pode ser pura e simples para um dos cocredores ou codevedores, e condicional, ou a prazo ou pagável em local diferente, para outro.
- (C) Convertendo-se a prestação em perdas e danos, não mais subsiste a solidariedade.
- (D) A propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores solidários implicará em renúncia da solidariedade.
- (E) Cada um dos credores solidários tem direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro.

58. Paulo vendeu um automóvel para Pedro, reservando para si a propriedade até que o preço esteja integralmente pago. Tal modalidade de compra e venda denomina-se

- (A) venda sujeita a preferência.
- (B) venda a contento.
- (C) venda sobre documentos.
- (D) retrovenda.
- (E) venda com reserva de domínio.



59. No que concerne ao contrato de locação de coisas, considere:

- I. Benfeitorias necessárias feitas com expresso consentimento do locador.
- II. Benfeitorias necessárias feitas sem expresso consentimento do locador.
- III. Benfeitorias úteis feitas com expresso consentimento do locador.
- IV. Benfeitorias úteis feitas sem expresso consentimento do locador.

Salvo disposição em contrário, o locatário goza do direito de retenção APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) III e IV.
- (C) I e III.
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

60. No contrato de empreitada,

- (A) o contrato para elaboração de um projeto implica a obrigação de executá-lo.
- (B) presume-se a obrigação de fornecer materiais por parte do empreiteiro.
- (C) o empreiteiro é obrigado a pagar os materiais que recebeu, se por imperícia ou negligência os inutilizar.
- (D) o contrato para elaboração de um projeto implica a obrigação de fiscalizar a sua execução.
- (E) a morte de qualquer das partes implica sempre a sua extinção.

61. A respeito do penhor, da hipoteca e da anticrese, é correto afirmar que

- (A) os sucessores do devedor podem remir parcialmente o penhor ou a hipoteca na proporção dos seus quinhões.
- (B) é nula a cláusula que autoriza o credor pignoratício, anticrético ou hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento.
- (C) é válida a cláusula que proíbe ao proprietário alienar o imóvel hipotecado.
- (D) o dono do imóvel hipotecado não pode constituir outra hipoteca sobre ele, mediante novo título, em favor de outro credor.
- (E) cada um dos coproprietários não pode dar em garantia real a parte que tiver da coisa comum sem o consentimento de todos.

Direito Processual Civil

62. A respeito dos honorários advocatícios, é correto afirmar que

- (A) os honorários advocatícios não podem exceder 5% do valor da condenação, nas causas em que a Fazenda Pública for parte.
- (B) os honorários fixados na sentença não podem ser cumulados com os honorários arbitrados na fase recursal.
- (C) não são devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje a expedição de precatório, desde que não tenha sido impugnada.
- (D) não são devidos honorários advocatícios no cumprimento provisório de sentença.
- (E) não são devidos honorários advocatícios nos casos de perda de objeto.

63. A tutela de urgência, presentes os demais requisitos legais,

- (A) só pode ser concedida após justificação prévia e sempre com caução.
- (B) pode ser concedida quando houver perigo de dano, ou o risco ao resultado útil do processo.
- (C) será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
- (D) não pode ser efetivada através de arrolamento de bens, quando for de natureza cautelar.
- (E) só pode ser concedida se o requerente oferecer caução real ou fidejussória idônea.

64. A respeito dos recursos, é correto afirmar:

- (A) os embargos de declaração tem efeito suspensivo e, em alguns casos, tem efeito interrupto dos prazos recursais.
- (B) a renúncia do direito de recorrer depende a anuência da outra parte.
- (C) cabe agravo de instrumento dos despachos.
- (D) o recorrente só poderá desistir do recurso com a anuência do recorrido e dos litisconsortes.
- (E) cabe agravo de instrumento da decisão que julgar o incidente de desconsideração da personalidade jurídica.



65. Na execução fiscal, o executado poderá oferecer embargos
- (A) no prazo de 15 dias, contados da data do oferecimento da garantia da execução.
 - (B) independentemente de seguro o juízo através da garantia da execução.
 - (C) no prazo de 15 dias, contados da citação para pagamento do débito.
 - (D) no prazo de 30 dias, contados do depósito, da juntada da prova da fiança bancária ou do seguro garantia ou da intimação da penhora.
 - (E) no prazo de 15 dias, contados da juntadas aos autos do comprovante do depósito.

66. A respeito da ação popular, considere:

- I. Pode ser proposta por pessoa jurídica.
- II. Na defesa do patrimônio público caberá a suspensão liminar do ato lesivo impugnado.
- III. O prazo prescricional é de 5 anos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) I.
- (E) II.

Noções de Administração Pública

67. Considere que determinado órgão integrante da Administração pública pretenda implementar uma política de valorização de pessoal baseada na meritocracia, utilizando, como ferramenta, a avaliação de desempenho. Para tanto, pretende privilegiar, entre as metodologias disponíveis, a que contemple a auto-avaliação e também permita que o avaliado receba *feedbacks* (retornos) de todas as pessoas com as quais se relaciona. A metodologia mais adequada para o escopo pretendido seria a

- (A) APPO – Avaliação Participativa por Objetivos.
- (B) Comparação Binária.
- (C) Pesquisa de Campo.
- (D) Avaliação 360°.
- (E) Lista de Verificação.

68. A tomada de decisão é uma das atividades mais típicas do administrador. Existem diferentes tipos de decisão, sendo que algumas delas se realizam por meio de um conjunto de normas preestabelecidas, com base em um acervo de soluções da organização. Tais decisões são as denominadas

- (A) Programadas.
- (B) Padronizadas.
- (C) Recorrentes.
- (D) Impróprias.
- (E) Consultivas.

69. Uma das etapas relevantes para implementação da gestão por competências consiste no mapeamento de competências. Entre o rol de instrumentos preconizados pela literatura para a realização desse mapeamento se inclui o grupo focal, utilizado

- (A) como sucedâneo das entrevistas individuais, na forma de uma entrevista coletiva onde o entrevistador atua como moderador.
- (B) para substituir a análise documental, tornando mais dinâmico o processo de identificação dos objetivos institucionais.
- (C) como técnica de pesquisa, voltada à identificação das competências relevantes dentro de determinado contexto.
- (D) para identificação das atribuições de cada cargo ou função, constituindo insumo fundamental para identificação das competências propriamente ditas.
- (E) na forma de questionário, para segregar as competências técnicas, apartando-as das comportamentais e situacionais.

70. Os estudos sobre liderança desenvolvidos pela Universidade de Ohio nos anos de 1940, buscaram identificar dimensões independentes do comportamento do líder, descrevendo duas categorias de liderança, que são:

- (A) diretiva e colaborativa.
- (B) democrática e autocrática.
- (C) autocentrada e cooperativa.
- (D) ênfase nas pessoas e ênfase na produção.
- (E) estrutura de iniciação e consideração.